



## O POLITICAMENTE CORRETO: DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Werventon dos Santos Miranda<sup>1</sup>

**Categoria:** Comunicação oral

**Eixo Temático/Área de Conhecimento:** Políticas Públicas e Direitos da Pessoa com Deficiência

**RESUMO:** Este texto é uma proposta de análise da **Educação Especial** sob o ponto de vista de quem faz parte (ou deveria fazer) do público-alvo dessa educação. Este artigo foi elaborado com o intuito de apresentar o contraste histórico do que é, ao seu tempo, "politicamente correto" e as nuances entre o ideário predominante e a realidade prática dos acontecimentos educacionais, sob a visão de quem vivenciou a transição da política de Educação Segregacional à Educação Inclusiva. Busco mostrar as mudanças que a concepção em torno da educação das pessoas com deficiência foi se configurando como "politicamente correto" ao longo do tempo e sua relação com a prática educativa realizada. Apresento um breve resumo histórico da Educação Especial e uma análise dessa educação entre os anos de 1980 e 1990, tendo como ponto de partida as memórias estudantis do autor. Por isso, o trabalho se circunscreve na metodologia de autobiografia.

**Palavras-chave:** Educação Especial, Segregação, Politicamente Correto.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado no intuito de apresentar o contraste histórico do que é, ao seu tempo, o "politicamente correto" e as nuances entre o ideário predominante e a realidade prática dos acontecimentos educacionais, sob a visão de quem vivenciou a transição da política de Educação Segregacional à Educação

---

<sup>1</sup> Doutor em **Educação Matemática** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas do **Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI)** da Universidade Federal do Pará (UFPA) e servidor público concursado, lotado na **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Educacional (SEMUDED)** do município de Nova Ipixuna – PA. E-mail: [wesamiranda@yahoo.com.br](mailto:wesamiranda@yahoo.com.br)



UNIFESSPA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ



Inclusiva na condição de membro do chamado "público-alvo" desta política educativa em transição.

As mudanças de concepções políticas a respeito da educação de deficientes têm sido registradas ao longo da história da humanidade, principalmente de uma política de educação para essa parcela da população mundial que, se pode dizer, é recente. Por vários séculos - e até hoje de forma implícita - os deficientes eram rejeitados na sociedade. Em algumas, como na Grécia antiga, a regra social era o extermínio do recém-nascido logo que detectada a característica de deficiência.

No Brasil, podemos observar que, em 6 (seis) ou 7 (sete) décadas, o País viveu pelo menos três tipos de experiência relacionados ao atendimento educacional das pessoas com deficiência: 1) a inexistência de estabelecimentos educacionais públicos ou particulares que se dispusessem a atender pessoas deficientes, que motivou o surgimento de instituições para o atendimento de pessoas com deficiências específicas, tais como a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, para Síndrome de Down e a Benjamim Constant para cegos, dentre outros; 2) A Segregação Educacional, com a existência de Estabelecimento Educacionais públicos ou privados exclusivos para deficientes e não-deficientes; e 3) A adoção de Política Educacional Inclusiva que, na prática, ainda se encontra em fase inicial de implantação.

A chamada Redemocratização do Brasil constitui um período marcante para o que denominamos de **Educação Inclusiva** pois, dentre todos os feitos do período, se encontra o lançamento das bases legais, tanto inseridas na Constituição Cidadã - Constituição Federal Promulgada pelo Congresso Nacional em 1988. Além disso, como foi estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) o ideário de Educação Inclusiva em relação à qual temos o desafio de buscar fazer acontecer em cada Instituição de Ensino, público ou particular, em qualquer nível deste País.

Neste contexto, expresso a visão de um deficiente físico que iniciou sua trajetória estudantil na vigência da atitude "politicamente correta" da Educação

Segregacional, no período pré-redemocratização. Busco explicitar, de início, alguns elementos históricos e teóricos para expressar minha visão e minha análise da transição da Educação Segregacional para o ideário da Educação Inclusiva, considerando a prática efetiva deste ideário no meu dia-a-dia escolar no passado e no presente.

## **2. UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE**

No intuito de ter uma referência histórica de como a pessoa com deficiência foi tratada na sociedade ao longo dos séculos, tanto nos aspectos gerais quanto nos assuntos relacionados à sua educação, faço um resumo do que está disponível na literatura sobre a relação da sociedade com a parcela de sua população que apresenta algum tipo de deficiência ou limitação.

Este resumo histórico tem por objetivos: 1) Mostrar as diferentes visões que cada sociedade, no espaço e no tempo, tem manifestado acerca dos deficientes; 2) Estabelecer as raízes epistemológicas do atual desrespeito e manifestação de atos preconceituosos - conscientes ou não - da sociedade para com os cidadãos deficientes; e 3) Fazer um contraste entre o que deveria ocorrer e o que está ocorrendo na maioria dos estabelecimentos educacionais, sob a égide da pretendida Educação Inclusiva.

A consequência direta do que objetivo é a análise de fatos identificados ao longo da história, principalmente no período relativo às décadas de 80 e 90 do século passado, em que está inserida minha trajetória estudantil, como deficiente físico, do Ensino Fundamental à Graduação.

A metodologia adotada por mim para subsidiar a execução da pesquisa posta é bibliográfica e o meu referencial teórico de análise é a narrativa da autobiografia. Nessa, os fatos vividos são não simplesmente contados, mas recortados e emoldurados por comentários explicativos de tais fatos com base em amparos teóricos explícitos.

Em uma forçosa "licença poética", este texto se constitui pela reunião de fatos ocorridos de forma descontínua, ao longo do tempo, e como "pequenos piquetes" postos de forma espalhada sobre a linha que separam as **Mãos e Contramãos** das nossas estradas, por terem placas fluorescentes, brilham ao refletir as luzes dos faróis dos carros à noite. Um trecho longo sem "variações acentuada de direção, dá-nos a ilusão de ótica de formar uma linha luminosa, ou mesmo nas curvas, em função da velocidade, parece que os pontos luminosos desgarrados "correm para ajustar-se à reta". Semelhantemente, fatos relatados juntamente com comentários explicativos, quer seja para recriar o cenário da memória do narrador quer seja de explicitação da compreensão teórica, podem criar a ilusão que os "flashes da memória" do ocorrido há vários anos são fatos contínuos.

A nossa história como raça humana mostra que durante muito tempo os deficientes físicos, sensoriais ou mentais eram considerados como seres incapazes, "aberrações" da e na sociedade que, por isso mesmo, deveriam ser banidos do meio social. A princípio, isso ocorria literalmente pela prática de sacrifício (assassinato), principalmente das crianças que nasciam com alguma deficiência de formação física ou eram gêmeas; posteriormente, a sociedade evoluiu, inspirada em valores cristãos, e abdicam do sacrifício denotativo (assassinato real) para o "sacrifício Social" no qual o deficiente, na condição de "aberração", era motivo de vergonha familiar e social, e assim, era mantido escondido para não afrontar a comunidade em que estava inserida a família. Teixeira, Gonçalves e Miranda (2011, pp.90-91) asseveram essas informações, assim:

Historicamente encontramos registros de que entre os gregos, os deficientes eram banidos da sociedade através do "sacrifício". Já há muito não se mata, porém se isola o deficiente em casa ou instituições, causando um nítido homicídio social. Em nosso passado recente, os deficientes considerados aptos a aprender eram encaminhados a escolas especializadas ou, quando muito, a salas especiais. Da antiguidade até os dias atuais, as deficiências físicas, visuais e mentais passaram do estigmatismo de maldição, sinal de poderes sobrenaturais, a objeto de compaixão social individual e coletiva; passou-se da postura ética de

renegação da própria prole à morte à obrigação de amparo sociocultural e financeiro aos que possuem qualquer limitação congênita ou adquirida (...).

No entanto, diversas experiências de vida, marcadas pela força de vontade e determinação, mostram que tais pessoas são simplesmente portadoras de determinadas limitações, possuindo, na grande maioria dos casos, capacidades para participar do desenvolvimento socioeconômico e cultural como as demais pessoas, tendo condições de contribuir para com o desenvolvimento geral do seu País.

Nesta perspectiva, inicio a análise posta sobre os acontecimentos ocorridos no "chão da escola" durante as décadas de 80 e 90 do século passado, no que diz respeito à Educação destinada às pessoas com deficiência.

Mazzotta (2005) mostra uma linha histórica do que hoje é chamada de **Educação Inclusiva**, que se iniciou por atitudes particulares com raros apoios ou ações governamentais, no mesmo sentido que no período entre 1854 a 1956, o autor reúne as ações sob o título de **iniciativas oficiais e particulares isoladas**; já de 1957 a 1993 foi intitulado de **iniciativas oficiais de âmbito nacional**. Segundo este autor, até 1950 havia 40 (quarenta) estabelecimentos de atendimento educacional para deficientes mantidos pelo poder público, somando as três esferas; enquanto que as mantidas pela sociedade civil somavam 54 (cinquenta e quatro) em todo o País.

As informações de Mazzotta (2005) mostram que a educação de pessoas deficientes foi iniciada com os que manifestavam problemas mentais e sua principal motivação era o caráter terapêutico ao invés do pedagógico; tanto que as primeiras e principais obras sobre esse início tem por títulos expressões que hoje soam como verdadeiros absurdos pelo que expressam, tais como: *Da Educação e Tratamento Médico-pedagógico dos Idiotas*; *A Educação da Infância Anormal da inteligência no Brasil*; *Tratamento e Educação das Crianças anormais da Inteligência*; *A Educação da Infância Anormal da inteligência e das Crianças Mentalmente Atrasadas na América Latina*, dentre outros.

O parágrafo anterior mostra com clareza a diferença do que era o "politicamente correto" na época dos percussores da Educação Especial e o pensamento dos dias atuais daqueles que militam na Educação Especial numa perspectiva inclusiva ou mais precisamente por uma Educação Inclusiva. Essa modalidade de Educação busca ampliar o olhar incluindo as variáveis que podem influenciar negativamente o processo de aprendizagem causando deficiências.

Ao longo do século XX, no nível discursivo, as expressões "politicamente corretas" para tratar do tema foram se modificando, os termos *Idiotas*, *Anormal*, *Retardadas*, *Aleijadas*, além de outras, foram paulatinamente sendo evitadas e adquirindo conotações de xingamento; em boa parte da segunda metade do século passado, a expressão "politicamente correto" passou a ser a palavra **excepcional**, que aliás, sob sua égide, construí minha identidade como cidadão já que nasci com **limitações físicas e mentais**, sendo que a última foi revertida.

Já na transição do fim do século passado e início deste, os termos e expressões passaram - e considero que ainda passam - por certa instabilidade, uma vez que foi do termo 'deficiência' à expressão 'portadores de deficiência' ou 'pessoas com necessidades especiais'. Contudo, retorna-se a usar com certa cautela o considerado "politicamente correto" para se falar em 'deficiência' ou 'deficiente'. Mas, como chamam a atenção Teixeira, Gonçalves e Miranda (2011, p.90), "é comum uma mudança de terminologia e não de atitudes".

## **A TRANSIÇÃO DA EXPRESSÃO CONCEITUAL "POLITICAMENTE CORRETO" EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

A abordagem feita na seção anterior teve o propósito, como já disse, de fazer uma espécie de introdução ao tema para familiarizar quem lê e, assim, facilitar a compreensão do que será exposto daqui em diante, tendo em vista que busco fazer subsequentemente uma análise da **política referente a Educação Especial** existente nos anos 80 e 90 do século passado, tanto na **dimensão intencional** que se reflete em planos, programas, leis e normas quanto na **dimensão prática** na qual

se verifica a materialidade ou não daquela dimensão. Nessa perspectiva, tem-se em vista que, na condição de deficiente, eu fazia parte do público que era o alvo desta política no período do recorte por ser essa a época que trilhei o que hoje compreende a Educação Básica (os antigos 1º e 2º Graus).

Sem adentrar em detalhes de minha história de vida, considero necessário informar que desde meus primeiros dias de nascido fui identificado como deficiente (ou excepcional, como era o correto falar na década de 70) e já com um ano de idade frequentava a escola mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em Vitória-ES. Logo, minha vida estudantil se inicia pela **Educação Especial de caráter segregacional** durante a vigência da **Lei de Diretrizes e Bases nº. 4024/61**, na qual permaneci até 1983. Isto porque em 1981 começa uma nova face da minha trajetória escolar, pois passei a frequentar também a chamada "escola de ensino regular" ou "escola normal" com **o objetivo de aprender a 'ler e escrever'** como os meus parentes e vizinhos. Nesse contexto, eu não conseguia entender o fato de que tanto eles como eu íamos à escola todos os dias - lembro que minhas "férias" eram menores -, que eles "faziam coisas no papel" que "a escola deles ensinava e a minha não".

É neste âmbito pessoal que revisito minhas memórias com a teoria que nos está disponível hoje para analisar a trajetória da Educação Especial sob o ponto de vista de quem a viveu na condição de aluno, de público alvo.

Quero destacar que, na **dimensão prática** da segregação se encontrava - e ainda hoje se encontra - profundas e robustas raízes de concepções acerca da Educação das pessoas com deficiência que remontavam o cenário do início do século XVIII, quando se parecia otimista em relação à aprendizagem de tais pessoas. Entretanto, essa aprendizagem ficava no nível meramente comportamental de baixa complexidade e era muito mais uma ação para profissionais da saúde do que para educadores. No entanto, na **dimensão intencional** já havia uma pequena abertura para o que hoje chamamos de Educação Inclusiva, pois a Educação Nacional era regida pela **Lei de Diretrizes e Bases nº 5692/71** que no artigo 9º se

refere a Educação Especial nos seguintes termos: "os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação".

Retomando a narrativa desta história no âmbito escolar, minha matrícula na 1ª série do 1º Grau em uma **escola comum e classe comum de ensino regular** no início do ano letivo de 1981 foi uma vitória de pelo menos três guerreiras que ousaram subverter o "politicamente correto" utilizando os fatos aparentemente adversos acontecidos em minha vida extra-estudantil. As guerreiras que aqui precisam ser destacadas - embora em minha história existem outras guerreiras e guerreiros também - são: 1) Minha Mãe - Neldira Maria; 2) D. Ermínia - uma professora aposentada que a pouco tempo se tornara nossa vizinha e; 3) D. Lindinalva - secretária da escola que conhecia a história da família de quando morava em outra localidade.

Para se entender o tom aparentemente "dramático" ou "ufanista" do parágrafo anterior, é necessário dizer que a primeira reação da escola ao se deparar com a matrícula de um aluno deficiente foi tentar negar esta vaga tendo por justificativa que "esse tipo de aluno precisa de professores com maior qualificação, a escola precisaria ter uma arquitetura e mobiliário diferente e não se poderia garantir uma segura convivência entre a referida criança e os demais alunos". Era dito isso ou coisa parecida, visto que não tenho como reproduzir de forma fidedigna falas, expressões e atitudes passadas acerca de três décadas. Minha matrícula foi feita pela secretária da escola, D. Lindinalva, que sabia das limitações físicas deste futuro aluno, mas também sabia que eu tinha me desenvolvido muito em relação às limitações que tinha em meus primeiros anos de vida e tinha conferido meu potencial educativo através do caderno de atividades realizados nas aulas particulares da "Tia Ermínia" durante o último semestre do ano anterior. Mesmo assim, em função do Resguardo de minha mãe pelo nascimento da irmã caçula e, sobretudo, pelas obras



de saneamento - rede de água e esgoto - no bairro de Carapina, Serra- ES interromperam a passagem dos ônibus no bairro, ao tempo em que se impedia de caminhar uma longa distância até a BR-101 onde se poderia usar um transporte coletivo para ir até Vitória.

Diante do risco de ser anulada a matrícula já feita e, ainda, da possibilidade de complicação profissional da secretária da escola por ter feito tal matrícula, justamente de "uma criança com perfil inadequado para aquela escola", minha mãe ameaça ir ao Ministério Público e demais órgãos para denunciar a discriminação patente, tendo em vista que ela tinha em mãos provas de minhas condições de aprendizagem como qualquer outro aluno que iniciaria a 1ª série. Isso foi acrescido, certamente, a muitas conversas de conciliação, posto que eu iniciei a 1ª série na **Escola Municipal de 1º Grau Lacy Zuleika Nunes**, no turno matutino, passando a ir à APAE no turno vespertino.

Olhando agora para essa época, posso inferir que a interpretação da expressão "tratamento especial" constante no artigo 9º da Lei nº 5692/71 como sinônimo de atendimento educacional realizado em local especializado implicava uma política de educação que separava "naturalmente" os deficientes dos não-deficientes. Isso significava que se envolvia onde havia os profissionais preparados para ensinar os excepcionais e "os que só estavam aptos a fazer a educação regular".

É vivo em minha mente o fato de que era impossível eu copiar tudo o que era posto no quadro ou escrever todas as palavras ditadas, ainda na 1ª série (certamente no final da mesma). A superação implicava, por sua vez, recorrer ao empréstimo do caderno dos colegas nos fins de semana, já que de segunda a sexta-feira, raramente havia tempo para copiar as matérias e fazer os famosos "deveres de casa" em função da minha jornada estudantil dupla - no turno matutino a **escola comum** e no vespertino a **escola da APAE**.

Muitas vezes, ao recordar meus primeiros anos de estudos na escola comum, fica nítida a diferença dos olhares de funcionários da escola ou dos que lá passavam

de visita (pais, vendedores de livros, representantes de governo, etc.) para minhas deficiências. Sobretudo, o olhar de quando iniciei (ou seja, durante todo o período em que cursava a 1ª série em 1981) e durante a minha trajetória da 2ª série em diante.

A lembrança de tais olhares faz-me esboçar resposta para as perguntas que me vinham à cabeça naquela época, no decurso da 1ª série - *por que me olham tanto? Por que algumas pessoas parecem não gostar de me ver aqui? Por que ficam surpresos ou até parecem festejar por eu estar nesta série?* Por inferência posso dizer que havia um misto de espanto de ter na escola de "alunos normais" um "aluno anormal ou deficiente", juntamente com certo descrédito por ser considerada uma perda de tempo "uma criança daquele tipo" estar em uma escola regular, comum. A partir da 2ª série, os olhares eram sempre de espanto dos que eventualmente visitavam a escola municipal, a meu ver, por dois motivos: 1) como ter na 1ª série de uma escola de "alunos normais" um "aluno anormal ou deficiente" e 2) como pode tal aluno considerado "deficiente" aprender com a mesma "normalidade dos demais", e como prova estava o fato de cursar as séries seguintes à inicial (não ficar retido na 1ª série).

Torna-se relevante destacar nesse momento que essa minha inferência parecia confirmada quase diariamente, por reações e olhares similares aqueles para quem sou desconhecido e descobrem que **sei ler e escrever**, e tenho habilitação para lecionar no Ensino Fundamental e Médio, que sou funcionário público e que estou conclui a Pós-Graduação em nível de Doutorado na área de Educação Matemática.

O meu 1º Grau - Ensino Fundamental atual - foi concluído em 1988, já nos primeiros meses da vigência da chamada **Constituição Cidadã** que foi promulgada em 05 de outubro do ano mencionado. Essa nova constituição tem como uma de suas principais características o princípio de igualdade entre todos, como pilar da desejada democracia a ser vivenciada no País pós-ditadura militar superior a 20 anos, e prescrito no artigo 3º da Carta Magna que trata dos "objetivos fundamentais

da República Federativa do Brasil". Nesse artigo, o inciso IV assevera como um dos objetivos, para mim extremamente relevante, "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Novamente, sem deter-nos em detalhes de questões da vida pessoal extra estudantil, minha trajetória escolar recomeça em 1991, na localidade de Nova Ipixuna (no presente Cidade Sede do Município do mesmo nome), sendo matriculado no curso de magistério de responsabilidade do governo estadual e operacionalizado através do Sistema Organizacional Modular de Ensino - SOME<sup>2</sup>. Novamente a minha chegada na sala de aula causa surpresa por dois motivos, a saber: 1) Era incomum os matriculados na turma do 1º ano de magistério não serem os mesmos oriundos da 8ª série do ano anterior, visto que na localidade, aquela era a única escola a ter turmas das séries finais do 1º Grau, e 2) O novo aluno parecia 'estranho' em todos os sentidos, pois não era egresso da turma da 8ª série como os demais e não andava ou falava como as outras pessoas.

Houve, no primeiro momento, quem achasse que "essa pessoa" (no caso eu) tinha errado de sala ou até mesmo "invadido" o espaço escolar sem ter ideia do que era aquele local. O que me pareceu compreensível, já que até então eu sequer tinha sido visto na comunidade, pois, desde quando chegara àquela localidade, em maio de 1989, fui morar distante 15 km daquele núcleo urbano (na época, um Distrito do Município de Itupiranga) e só passei a morar naquela localidade na véspera das aulas serem iniciadas.

Outra questão importante de registrar é que, desde o início, quando a notícia se espalhou pela escola e vizinhança, a presença de um deficiente que tinha limitações na fala e na coordenação motora, mas, estava matriculado no curso de magistério, muitas pessoas tentaram - sem sucesso - convencer-me diretamente ou

---

<sup>2</sup> O SOME era um sistema de oferta do Ensino Médio nos municípios onde não havia quadro de profissionais com formação acadêmica mínima necessária para se implantar e manter o Ensino de 2º grau de período regular; neste sistema, o conjunto disciplinas de cada série de cada curso eram organizadas em quatro Módulos e os municípios agrupados em quadro municípios e os professores giravam pelos municípios lecionando as disciplinas.

alertando meus pais de que seria em vão eu fazer aquele curso, pois em algum momento eu me depararia com o estágio e nele certamente seria reprovado.

O caráter condensado das disciplinas minimizava, em muito, a dificuldade enfrentada no 1º Grau no que diz respeito ao registro dos conteúdos disciplinares, pois quase todos os professores tinham necessidade de “apostilar seus conteúdos” mimeografando-os e distribuindo aos alunos com o intuito de que o tempo em sala de aula fosse dedicado, na maior parte, para a explicação e debate dos temas selecionados. Assim, as maiores dificuldades apareciam no início de cada módulo no que diz respeito à comunicação com os professores, sendo necessária a intervenção dos colegas de turma e nos momentos de avaliações escritas (as velhas “provas”) que exigiam uma maior paciência docente tendo em vista que raramente eu as terminava antes de 4 (quatro) horas de duração, enquanto os retardatários nunca usavam mais que 90 (noventa) minutos. E, ainda, o “normal” no sistema era fazer provas e logo após ter aulas.

Já caminhando para o final dessa narrativa, não posso me furtar de dizer que, diante dos conselhos dos que tentavam me prevenir e aos meus pais da frustração de poder não chegar à terminalidade do curso em função da minha deficiência de fala que me impossibilitaria realizar o meu Estágio de Docência, eu dizia que "não seria um tempo perdido, já que tudo que pudesse aprender me seria útil de alguma maneira". Por fim, a anunciada vilã do curso, a professora da Disciplina de **Estágio Docente** - entre 1993/1994 ainda na vigência da 5692/71 - teve um olhar humanístico e o estágio foi adaptado com atividades prestadas na secretaria da escola, me possibilitando a obtenção do Diploma de Professor com curso de Magistério, muito mais como documento que me habilitava a buscar uma vaga no Ensino Universitário do que para assumir a docência de uma sala de aula nas séries iniciais da Educação Fundamental.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente, ao tentar me enxergar na trajetória escolar que vivenciei como discente e reconhecer nela traços do que atualmente chamamos de Educação Especial ou Educação Inclusiva, não consigo identificar elementos suficientes para caracterizá-la como tal; ao mesmo tempo, não posso negar a "excepcionalidade" desta trajetória numa época em que a segregação era regra prática e legal.

Minha percepção é que naquela época, e ainda hoje, o tratamento diferenciado que recebi, e ainda recebo, nessa caminhada de construção e aquisição de conhecimento historicamente construído e sistematizado, caracteriza-se muito mais como ações de sensibilidade e solidariedade humana dos profissionais ao meu redor do que como um conjunto de procedimentos teoricamente elaborados e tecnicamente testados, sendo enquadráveis como ações da Educação Especial.

Igualmente, vejo que os raros atos e tentativas de envolver os deficientes nas escolas comuns e, a partir daí, se proceder à Educação Inclusiva, se apresenta muito distante da definição oficial e dos termos legais do que se pretende como Educação Especial de prática Inclusiva. Na maioria das vezes, o caráter inclusivo, quando existe, é apenas responsabilidade de quem interage diretamente com deficientes e não um envolvimento de profissionais membros do sistema de educação.

Dessa forma, ao que parece, a **Educação Especial** continua segregada, não mais em nível de espaço físico escolar específico para este fim, mas segregada entre os que acreditam na possibilidade de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de quem apresenta limitações/deficiências ou habilidades superiores a média comum (altas habilidades). São aqueles que tomam para si o peso da responsabilidade da inclusão e que deixam de ser reconhecidos por tal fato, posto que tendo isso tudo presente em suas falas, nega-as em suas atitudes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971. Reforma do ensino de 1º e 2º graus.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação Especial no Brasil: História e política pública*, 5ª Ed. São Paulo - SP: Cortez 2005

TEIXEIRA, Beneilde de Fátima Chagas; GONÇALVES, Tadeu Oliver & MIRANDA, Werventon dos Santos. *Deficiência: superação individual e limite social*. In Anjos, Hildete Pereira dos (Org.). *Pesquisando a inclusão nas escolas públicas: um trajeto*. 1ª Ed. - Curitiba-PR. CRV. 2011.